

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL: UMA EXPERIÊNCIA NO LITORAL DA BAHIA, BRASIL

**ENVIRONMENTAL EDUCATION AND PUBLIC PARTICIPATION IN THE MANAGEMENT OF ARTISANAL FISHERIES
SUPPLY CHAIN: AN EXPERIENCE IN THE COASTAL REGION OF THE LOWER SOUTH OF BAHIA, BRAZIL**

Lucia de Fátima Socoowski de Anello

Professora Doutora em Educação Ambiental do Laboratório de Gerenciamento Costeiro do Instituto de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Rio Grande (RS), Brasil.

Maria Odete da Rosa Pereira

Doutora em Educação Ambiental pela FURG. Trans for Mar Consultoria Ltda. – Rio Grande (RS), Brasil.

Tatiana Walter

Professora Doutora em Ciências Sociais do Laboratório de Gerenciamento Costeiro do Instituto de Oceanografia da FURG – Rio Grande (RS), Brasil.

Ederson Pinto da Silva

Especialista em Gestão Pública pela UFRGS. Aluno de Mestrado em Gerenciamento Costeiro do Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro (PPGC) da FURG. Trans for Mar Consultoria Ltda. – Rio Grande (RS), Brasil.

Endereço para correspondência:

Lúcia de Fátima Socoowski de Anello – Laboratório de Gerenciamento Costeiro, Instituto de Oceanografia, Universidade Federal do Rio Grande, Campus Itália – Km 8 – Carreiros – Rio Grande (RS), Brasil – E-mail: lucianaanello@hotmail.com

RESUMO

Este artigo objetivou analisar o processo pedagógico elaborado no Projeto Centro Integrado da Pesca Artesanal (CIPAR) Baixo Sul. No qual foi instituída a premissa de dar voz e visibilidade aos pescadores artesanais e marisqueiras que vivem no e do ambiente marinho e costeiro da região do Baixo Sul da Bahia, e nesse processo, lançar luz a este grupo social e trabalhar com eles na direção da conquista da autonomia e emancipação. Para tal, foram realizadas atividades com um grupo de 120 pescadores, marisqueiras e suas lideranças no período de julho de 2009 a dezembro de 2010. Como principais resultados, teve-se: a construção de projetos coletivos e articulados destinados à melhoria da cadeia produtiva; a criação de um conselho gestor dos pescadores; e o processo formativo de mediadores locais em que os pescadores passaram a protagonizar sobre a melhoria da cadeia produtiva.

Palavras-chave: pescadores artesanais; educação ambiental; políticas públicas.

ABSTRACT

This paper discusses the educational process of the CIPAR Baixo Sul Project, which was aimed at giving voice and visibility to artisanal fishermen and shell fisherwomen who live in the seacoast of Southern Bahia and make a living thereof, as well as in this process shedding light on such social group and working with them toward the achievement of independence and emancipation. From July 2009 to December 2010, project activities were carried out directly with a group of 120 fishermen, shell fisherwomen, and community leaders. The main project results included: construction of collective and articulated projects aimed at improving the supply chain, creation of a management council by fishermen, and training of local mediators where fishermen star on improving the supply chain.

Keywords: artisanal fishermen; environmental education; public policy.

INTRODUÇÃO

No litoral do Baixo Sul da Bahia, a pesca artesanal, em conjunto com a agricultura familiar e a extração vegetal, é o principal meio de vida de aproximadamente 100 comunidades e bairros pesqueiros situados em 9 de seus municípios litorâneos: Jaguaripe, Valença, Cairu, Taperoá, Ituberá, Nilo Peçanha, Igrapiúna, Camamu e Maraú.

Em 2005, a produção total de frutos do mar no Baixo Sul foi de aproximadamente 15 mil toneladas, sendo responsável por um montante de R\$ 78 milhões apenas na primeira comercialização, significando 32,5% da produção em peso e 35% da produção em valor do litoral baiano (IBAMA, 2006). Para manutenção da pesca artesanal, são capturadas mais de 60 espécies nos estuários, nos manguezais e no ambiente marítimo. O trabalho, que vai desde a captura da espécie até o tratamento realizado para seu beneficiamento e sua conservação, envolve toda a família dos pescadores e resulta em quatro produtos principais: pescados, cataros, mariscos vivos e peixes secos. Cada um dos produtos e alguns de seus subprodutos abastecem mercados distintos e estabelecem uma complexa cadeia de relações sociais, sendo importante destacar que as famílias de pescadores constituem seu elo mais frágil (WALTER, 2010). É na complexidade dessas relações, em que os atores sociais encontram-se presentes em diversos elos e atuam sob o efeito da combinação de um conjunto de fatores, que podemos argumentar que pescadores e suas comunidades formam arranjos produtivos locais, que por sua vez proporcionam geração de trabalho e renda para si e garantem sua reprodução social e cultural (WALTER & WILKINSON, 2011).

A pesca artesanal como atividade tradicional

Diegues (1983), ao caracterizar a atividade pesqueira no litoral brasileiro, apresenta diversos elementos que relacionam as condições objetivas de produção dos pescadores, denotando a diversidade de formas em que esta se expressa:

Na análise da produção pesqueira (...), percebe-se que os agentes da produção pescadores/não-pescadores se relacionam entre si e com as condições objetivas da produção, segundo certas formas ou modelos que ganham uma existência histórica. Ainda que em dados momentos históricos uma dessas formas seja a domi-

nante, a mais dinâmica, elas coexistem e se articulam. Tendo-se em vista as diversas combinações dos fatores produtivos em relações sociais de produção, constata-se que elas assumem formas possíveis e sub-formas: a) a produção pesqueira de auto-subsistência ou primitiva; b) a produção pesqueira realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil; c) a produção pesqueira capitalista. (DIEGUES, 1983, p. 148)

Dada a pujança da atividade pesqueira local e a participação da família na cadeia produtiva, o Baixo Sul da Bahia foi objeto do “Centro Integrado da Pesca Artesanal no Baixo Sul da Bahia como instrumento de desenvolvimento local e territorial – Projeto CIPAR Baixo Sul”, por meio do Convênio nº 073/08 entre o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e o Instituto de Planejamento da Gestão Governamental (IPLAN), executado nos anos de 2009 e 2010. Seu foco era o planejamento de ações destinadas à intervenção na cadeia produtiva com representantes dos pescadores e marisqueiras da região. Em consequência, o projeto orientou suas atividades à gestão participativa, da cadeia produtiva e do território, como base de sustentação de suas ações.

O presente artigo teve por objetivo discorrer sobre o processo pedagógico conduzido no âmbito do Projeto Centro Integrado da Pesca Artesanal (CIPAR) Baixo Sul, contextualizando a metodologia adotada e os principais resultados obtidos em torno da gestão participativa.

Para tal, fundamentou as estratégias adotadas em relação às características tradicionais da pesca e que consubstanciam a estratégia pedagógica adotada, para então discorrer sobre o Projeto CIPAR Baixo Sul, ou seja, sobre como este articula ações destinadas à intervenção na cadeia produtiva a uma ação educativa específica, orientada à cadeia produtiva e ao território, de forma concomitante. Em seguida, irá apresentar a metodologia adotada e os principais resultados obtidos, para então tecer algumas reflexões como conclusão.

É no interior da categoria “produção pesqueira realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil” que se encontram identificadas duas formas de pesca tradi-

cional presentes no Baixo Sul: os pescadores-lavradores e os pescadores artesanais. Ambos se caracterizam por perpetuar técnicas, conhecimentos e instrumentos para a captura de pescados construídos no fazer de sua atividade e repassados por memória oral entre as gerações. Outra característica é a dependência intrínseca da qualidade ambiental, ou seja, ecossistemas bem preservados e produtivos são essenciais para sua permanência como comunidades tradicionais, conforme estudos de Cordell (2007), na região do Baixo Sul.

É importante destacar que esse entendimento não se aproxima da ideia do bom selvagem (*wilderness*). A inserção da produção pesqueira na economia mundial se deu a partir das guildas do Mar do Norte (HERUBEL, 1928; BOYER, 1967 *apud* DIEGUES, 1995), como também pela intensificação da pesca transoceânica realizada por barcos e companhias comerciais europeias no Canadá. Contudo, em relação aos outros setores da produção industrial (segunda metade do séc. XIX), a mecanização da pesca e o surgimento das empresas capitalistas na Europa se deram com atraso (DIEGUES, 1995). A história dos pescadores artesanais e as relações com a indústria acompanham a evolução do capitalismo e suas

O que é o Centro Integrado da Pesca Artesanal Baixo Sul da Bahia?

A intervenção na cadeia produtiva, com vistas à melhoria de renda e da cidadania dos pescadores, é a principal estratégia proposta pelo MPA para o desenvolvimento da pesca artesanal, conforme exposto no Plano Mais Pesca e Aquicultura para o Desenvolvimento Sustentável (SEAP, 2008). Nesse sentido, a política pública do CIPAR consubstancia um conjunto de ações destinadas a:

- implementar infraestrutura nos diversos elos da cadeia produtiva;
- fortalecer a organização social dos pescadores com vistas à -autogestão democrática dos equipamentos e sua maior participação na cadeia produtiva.

Assim, o processo de gestão participativa concebido envolveu aproximadamente 120 pescadores, maris-

O conceito de cadeia produtiva adotado e sua implicação ao processo pedagógico

Antes de analisarmos o processo pedagógico adotado, é importante conceituar o que estamos tratando

contradições. Segundo Diegues (1995, p. 53), “as empresas de pesca se verticalizaram integrando os setores de captura, comercialização e beneficiamento de pescado, surgindo, inclusive como resultado da globalização da economia, as empresas multinacionais do setor”.

Esse cenário de descaracterização da pesca artesanal em relação ao desenvolvimento da pesca industrial, em todo o mundo, não reduz sua importância, ao contrário, a cadeia produtiva da pesca artesanal contribui de forma significativa para a produção de alimentos e para o fornecimento de proteínas no Brasil e mais especificamente na área estudada. Nesse sentido, não se trata aqui de um resgate de uma cultura ou de hábitos de vida tradicionais sem tecnologia “avançada”, mas o reconhecimento do valor econômico, social e ecológico de uma cadeia produtiva, fundamentada em tecnologias sociais, que oferece à região do Baixo Sul da Bahia geração de renda e identidade social.

Sendo assim, desse ponto de vista é que se buscou o desenvolvimento da análise do processo educativo ambiental que serviu como eixo estruturante para o desenvolvimento do CIPAR.

queiras e lideranças representantes de 94 comunidades e bairros pesqueiros dos municípios de Jaguaripe, Valença, Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Marau.

O objeto de estudo deste artigo foi o método utilizado para condução do processo de gestão participativa e os principais resultados gerados, tendo como perspectiva o protagonismo comunitário e a ação coletiva no horizonte da emancipação e da autonomia dos sujeitos “pescadores e marisqueiras” da ação educativa. Ainda que o processo educativo não seja o produto final do projeto, ele não seria efetivo sem a devida apropriação pelos pescadores e marisqueiras da região. Tal apropriação é fruto de um processo pedagógico emancipatório, cujo método e resultados serão expostos no próximo item.

do por cadeia produtiva, dada a sua centralidade do projeto analisado.

O termo cadeia produtiva reporta a um conjunto de atividades necessárias à conversão de uma matéria-prima em produtos acabados para venda. Em geral, tais atividades denominam-se insumos, produção, processamento, distribuição e comercialização. Contudo, para além da organização da atividade pesqueira em etapas e de sua estruturação enquanto atividade econômica, o foco na cadeia produtiva visa compreender os fatores associados a cada uma das etapas que influenciam a realidade das famílias de pescadores, de forma que as ações a serem definidas estejam ancoradas em uma visão holística que contempla as dimensões social, político-institucional, econômica, cultural e ambiental da pesca artesanal. Em síntese, busca-se compreender a natureza das relações que são estabelecidas entre os diferentes atores que participam da cadeia produtiva e as implicações dessas relações para o protagonismo dos pescadores artesanais.

Conforme exposto em Walter (2010), há diversas abordagens para análise e proposição de ações na cadeia produtiva que podem ser ajustadas à compreensão da realidade da pesca artesanal. No caso do Projeto CIPAR Baixo Sul, foi adotado o conceito de cadeia produtiva proposto por Muchnik (2006). Segundo este autor, a noção de Sistema Agroalimentar Localizado (SAL, ou SIAL) surge em 1996 no contexto de agravamento das crises das sociedades rurais e dos problemas ambientais e alimentares. SIAL tem como definição:

organizações de produção e serviços (unidades de produção agrícola, empresas agroalimentares, comerciais, de serviços, gastronômicas, etc.) associadas por suas características e funcionamento em um território específico. O meio, os produtos, as instituições, seu saber-fazer, seu comportamento alimentar, suas redes de relações se combinam em um território para produzir uma forma de alimentação agroalimentar em uma escala espacial dada. (MUCHNIK, p. 02, 2006)

Inicialmente, apoia-se nas correntes econômicas não convencionais que estudam as concentrações de empresas ligadas a um território: distrito industrial, *clusters*, sistemas produtivos locais. Em todas essas há ativos específicos — saber-fazer, instituições territoriais, formas de coordenação — que lhes permitem produzir externalidades positivas e, conseqüentemente, um melhor posicionamento no mercado (MUCHNIK, 2006).

Segundo Muchnik (2006), desde 1996 a concepção de SIAL tem evoluído continuamente, sendo o re-

sultado de uma construção progressiva em resposta a questões que foram surgindo diante do acelerado processo de transformações mundiais que se tem presenciado. A proposta volta-se para análise da produção de alimentos por pequenos produtores, com ênfase no saber-fazer e na tecnologia local, envolvendo o debate sobre segurança alimentar, desenvolvimento local e conservação do meio ambiente. A partir da aplicação do conceito em diversas localidades, em especial na América Latina, duas ideias passaram a convergir:

1. o SIAL é a análise de um objeto concreto, um conjunto de atividades agroalimentares territorialmente constituídas e visíveis;
2. o SIAL é um enfoque, uma maneira de abordagem sobre o desenvolvimento dos recursos locais, mesmo que o “sistema” não exista como tal. Em ambos os casos, o SIAL pode constituir-se uma referência metodológica para a construção de projetos de desenvolvimento local.

O SIAL busca compreender o funcionamento da cadeia produtiva a partir do enfoque sobre o território, tanto em termos teóricos — compreender em que medida o território constitui um elemento significativo ou não para organização e dinâmica da cadeia estudada — como do ponto de vista operacional. Nessa concepção, o território serve de referência para a combinação de atividades territoriais diversificadas, para a organização dos produtores, para aumentar suas margens de manobra e melhorar sua posição na negociação e na governança da cadeia ou para construção de circuitos alternativos, baseados em outra relação produtor-consumidor (MUCHNIK, 2006).

Ambrosini, Filippi e Miguel (2008) observam que o SIAL foi desenvolvido pela escola francesa como ferramenta teórica para compreensão da realidade rural e como base para projetos de desenvolvimento nessas áreas, consideradas marginalizadas em termos econômicos na América Latina. Entretanto, no Brasil, o SIAL é pouco utilizado e abordado de forma muito restrita. Em seu artigo, os autores apresentam uma revisão teórica sobre essa abordagem, detalhando os diversos conceitos que o SIAL mobiliza, em especial, a noção de território, identidade, história, saber-fazer e relações sociais. Três são os eixos de análise:

1. dimensão histórica;
2. dimensão técnico-teórica; e
3. dimensão institucional, de forma a aproximar seus aspectos teóricos ao campo empírico, facilitando, assim, sua operacionalização.

Em relação ao Projeto CIPAR Baixo Sul, a operacionalização desse enfoque e os resultados gerados por meio do mesmo encontram-se descritos em Walter & Wilkinson (2011). No que tange ao processo educativo, esse conceito articula elementos essenciais na condução das atividades com os pescadores artesanais e marisqueiras que envolvem a compreensão dos fatores socioambientais que influenciam o desenvolvimento de suas atividades, a exemplo da

degradação ambiental e da saúde laboral, bem como quais instituições — dentre o conjunto de entidades existentes, arranjos formais e informais — orientam a dinâmica da cadeia produtiva dos diversos produtos elaborados pelas famílias de pescadores, organizados no território, ou seja, reconhecendo a presença de assimetrias em seu interior. Consequentemente, as atividades propostas no projeto não estão focadas na organização restrita dos aspectos comerciais e de infraestrutura da cadeia produtiva, mas nos diversos fatores afeitos à autonomia e à emancipação social, econômica e política das famílias de pescadores artesanais, fato que consubstancia a adoção de uma estratégia pedagógica específica, conforme exposto em seguida.

MATERIAL E MÉTODOS

Educação ambiental e controle social nos sistemas de gestão como uma premissa teórica

O processo de educação, para reconhecer as alterações ambientais como pertencentes à esfera política, apresenta parâmetros amplos e não parece conectar-se de maneira uniforme em todas as parcelas da população que constroem uma retórica sobre a temática. Por isso, convém centrar a atenção sobre as formas que possibilitarão desenvolver uma proposta de educação voltada para o controle social nos sistemas de gestão ambiental e visualizar os prováveis elementos que deveriam ser contemplados na sua constituição.

De acordo com Quintas (2002), a prática da educação ambiental para a gestão exige que o educador tenha amplo conhecimento sobre as questões ambientais e a cultura local, incluindo os sistemas de gestão:

Capacidade tanto para desenvolver ações educativas com grupos culturalmente diferenciados, quanto para mediar situações conflituosas que envolvem interesses de vários atores sociais na disputa pelo controle e uso de recursos ambientais. (QUINTAS, 2002, p. 20)

Tais afirmações nos remetem ao conhecimento de seus direitos em todas as esferas sociais, com exceção daqueles que buscam privilégios na exploração do outro. O que se quer afirmar é que não é só a classe menos favorecida que não conhece e não luta por direitos, existem inúmeros alienados nas universidades e na classe média em geral.

Um problema concreto enfrentado é que os profissionais formados pelo sistema educacional formal não demonstram estar preparados para a resolução de problemas complexos ligados à gestão e à disputa dos bens ambientais; isto é, são deficiências do sistema de educação que podemos comprovar desde o ensino fundamental. É comum conversarmos com pescadores que, no discurso, deixam clara a dicotomia do “estudo” com sua vida cotidiana. Normalmente se ouve que gostaria que o filho ou a filha estudasse, para não ser um pescador como ele. Não se ouve que o filho deverá estudar para melhorar a atividade da pesca, obter melhores condições de vida para a comunidade pesqueira, como acontece na agricultura. Outra situação que ocorre é que quando o filho quer continuar a atividade dos pais, então ele abandona a escola, pois acha inútil estudar para ser pescador.

Em Quintas (2002), na sua proposta de curso de introdução à gestão, apesar de aparecer na Constituição Federal (1988, art. 225, p. 1) o meio ambiente equilibrado como direito de todos, na vida prática, o processo de apropriação e uso dos recursos ambientais não acontece de forma tranquila:

Há interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais, que atuam de alguma forma sobre os meios físico-natural e construído, visando ao seu controle ou a sua proteção. (QUINTAS, 2002, p. 29)

Tais pressupostos fazem parte de uma educação ambiental transformadora. Segundo Loureiro (2004), esta possui um conteúdo emancipatório em que a dialética entre forma e conteúdo se realiza de tal maneira, que as alterações da atividade humana vinculadas ao fazer educativo impliquem mudanças individuais e coletivas. Isso confirma o diálogo como categoria freireana. É nessa relação com o outro que nos educamos, que encaramos o diferente e podemos propor alternativas e mudanças.

As abordagens teóricas de Paulo Freire, em particular a *Pedagogia do Oprimido* (1982), marco na educação brasileira, demonstram categoricamente a falta ou a impossibilidade de neutralidade na educação. O mesmo se aplica à educação ambiental, na medida em que

Os pressupostos metodológicos

O pressuposto metodológico para planejamento e condução do processo educativo assume a centralidade do trabalho como processo ontológico de constituição dos sujeitos. O trabalho como elemento constitutivo da consciência do sujeito, segundo Vygotski (2001) e Molon (2003), e este como responsável direto pela produção social da natureza. O ser humano, no fazer de seu trabalho, transforma a natureza e, ao transformá-la, estabelece uma dimensão humana.

Pelo trabalho ocorre à passagem do biológico ao social, vinculando natural ao humano-cultural. Assim, o ser humano não só se adapta à natureza, mas a transforma e ao transformá-la transforma a si mesmo, pois tem a capacidade de criar o mundo da cultura por meios dos instrumentos de trabalho e dos instrumentos psicológicos, os quais são decorrentes da criação e da utilização de signos, sobretudo da linguagem. (PEREIRA; MOLON; LOUREIRO, 2008, p. 380)

Ainda, os mesmos autores complementam: por meio do trabalho acontece uma dupla produção, a produção dos objetos culturais e a produção do próprio homem. Sendo assim, do ponto de vista do planejamento, o processo educativo partiu da visão dos pescadores, ou seja, a perspectiva de quem está sofrendo a pressão. Nesse sentido, o método utilizado se fundamenta na teoria crítica que parte de um lugar na sociedade em que a reflexão é feita a partir dos oprimidos em uma visão de classes. Para assumir essa perspectiva, é necessário ter o entendimento do movimento dos sujeitos no seu mundo, aqui reconhecido em uma perspectiva histórica. “O movimento histórico das classes trabalha-

os desafios postos requerem que ela esteja posicionada no seio dos conflitos da sociedade. Nesse sentido, o papel do Estado torna-se um divisor de águas no cerne dos conflitos e usos ambientais.

Consequentemente, um sistema de gestão, para ser eficiente, necessita de um Estado forte na execução de políticas públicas e fiscalização do uso dos bens ambientais. O controle social estabelece uma relação direta com o Estado, sem este último a comunidade fica órfã, a relação, embora seja dialética, necessita do Estado democrático. Fazer valer os direitos constitucionais e fundamentais ao bem-estar de um povo. Nesse contexto é que se dão as práticas sociais da educação como processo coletivo e comunitário.

doras se dá através da passagem qualitativa do senso comum das massas, através da práxis, para o bom senso” (GRAMSCI, 2004 *apud* PEREIRA, 2008, p. 75). Para tanto, é necessário que os pescadores se reconheçam como grupo capaz de se representar perante a sociedade, ser visível e reconhecido no processo de mediação na implementação das políticas públicas.

A partir dessa premissa, fundamentou-se a projeção do processo educativo do CIPAR Baixo Sul, tendo como objetivo dar voz e visibilidade aos pescadores artesanais e marisqueiras que vivem no e do ambiente marinho e costeiro da região do Baixo Sul da Bahia e, nesse processo, lançar luz a esse grupo social e trabalhar com eles na direção da conquista da autonomia e emancipação.

É importante destacar o caráter de conquista da autonomia e da emancipação, pois são categorias ontológicas, de constituição do ser. Tais características se constituem no processo de formação do sujeito, razão de ser do processo educativo de matriz freireana. Demo (1996) expressa que essa conquista ocorre por meio da participação dos sujeitos em processos políticos e sociais; portanto, autonomia e emancipação não são uma oferta nem um presente.

Nesse sentido, a condução de qualquer projeto social deve garantir de forma inequívoca a voz e a visibilidade e construir espaços de intervenção e tomada de decisão aos pescadores e suas comunidades. Consequentemente, suas atividades devem garantir que os

pescadores e as marisqueiras se expressem e sejam entendidos e considerados pelos representantes das instituições públicas e privadas que possuem interesse no desenvolvimento da cadeia produtiva.

Tal tarefa não é somente uma questão de adaptação de linguagem, mas a construção de uma simetria social capaz de proporcionar horizontalidade dos encaminhamentos necessários e corresponsabilidade de todos os atores envolvidos. Portanto, as técnicas de mediação e condução de eventos, nas chamadas metodologias participativas, apresentam-se adequadas. Porém, são apenas ferramentas. O método se expressa na intencionalidade e é entendido como um caminho para a consciência (FREIRE, 1982). O método, portanto, é mais que a metodologia, pois por ele se expressa a visão de mundo, e com a visão de mundo é que se expressa a intenção da ação (objetivos e metas); é nesse movimento que os procedimentos e as técnicas são constituídos (metodologia) e utilizados para garantir que a intenção alcance a finalidade. Esse processo constitui o movimento ação/reflexão/ação. Esse movimento foi construído a partir da participação e do envolvimento dos pescadores no planejamento das atividades do projeto, garantindo, com isso, a construção do CIPAR para além do próprio projeto.

No que diz respeito às atividades realizadas, os técnicos tiveram como horizonte e pressuposto a melhoria da qualidade da participação dos pescadores e marisqueiras, em especial, promover de forma sistemática a simetria intersubjetiva dos pescadores e seus representantes com os representantes de instituições públicas e privadas que possuem interesse no desenvolvimento da atividade pesqueira.

É importante compreender que esse movimento se aplica tanto na escala micro do projeto, ou seja, na organização e condução das diversas atividades, como na escala macro, que diz respeito à assessoria à coordenação, no sentido de absorver os resultados, bem como o assessoramento sua condução geral (na direção dos resultados esperados).

Para tal, assumimos que o processo de desenvolvimento preconizado pela estruturação da cadeia produtiva, que é o cerne da política pública do CIPAR, demanda

o envolvimento de uma equipe multidisciplinar. Quanto ao processo educativo, em especial, foi prevista na equipe a presença de educadores populares, cuja experiência com movimentos sociais e em processos educativos não formais são requisitos essenciais.

O processo pedagógico foi conduzido ao longo de um ano e meio e envolveu três ciclos de oficinas comunitárias de planejamento dividindo pescadores e marisqueiras do Baixo Sul da Bahia em três microrregiões. Intercalado aos ciclos de oficina foram realizados dois seminários institucionais, cujo objetivo era debater com representantes das instituições públicas a agenda de prioridades dos comunitários. Posteriormente, foram realizados dois seminários integrados, que passaram a associar as atividades comunitárias às institucionais, fruto da avaliação dos educadores e educandos, e três processos formativos contemplando os temas priorizados nas oficinas de planejamento pelos participantes: saúde laboral, organização comunitária e meio ambiente, com vistas à formação de mediadores locais (Tabela 1).

A apresentação cronológica dos eventos permite apresentar uma síntese do processo realizado, de forma a suportar o conjunto de discussões apresentadas no próximo item.

Para finalizar esta seção, é importante retomar as definições que são centrais para o entendimento dos resultados deste estudo. Para tanto, buscamos em Freire (1996) categorias essenciais ao entendimento do processo educativo. A primeira é o ser humano como ser inconcluso e consciente dessa inconclusão “É na inconclusão do ser. Que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornam educáveis na medida em que se reconhecem inacabados” (FREIRE, 1996, p. 24). O processo educativo do CIPAR se funda nessa ideia e foi organizado no sentido de construir essa consciência tanto para os educandos (marisqueiras e pescadores) como para a equipe técnica. “Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade” (FREIRE, 1996, p. 24). Portanto, o primeiro movimento foi estabelecer essa consciência para garantir o que Freire chama de educabilidade como condição para o processo.

¹Cada microrregião contemplava 40 pescadores, marisqueiras e lideranças de 3 dos 9 municípios participantes, cujo agrupamento considerava a organização da cadeia produtiva, conforme exposto em Walter & Wilkinson (2011) e descrito no item sobre Resultados e Discussão deste artigo.

Tabela 1 - Atividades realizadas no Projeto Centro Integrado da Pesca Artesanal Baixo Sul com vistas ao processo pedagógico.

Data	Evento	Localidade	Objetivos de processo	Técnicas utilizadas
21 e 22/07/09	1º Seminário Institucional	Valença	Apresentação do projeto e início da mobilização institucional	Palestras e Estudos Dirigidos em Grupos
25 a 27/08/09	1ª Oficina de Planejamento – Microrregião norte	Gamboa do Morro	Planejamento participativo para escolha e construção dos projetos produtivos	Atividades em grupos e técnicas de visualização e moderação conhecida como METAPLAN e Estudos Dirigidos em Grupos
17 a 19/09/09	1ª Oficina de Planejamento – Microrregião centro	Ituberá		
21 a 23/09/09	1ª Oficina de Planejamento – Microrregião sul	Barra Grande		
15 a 17/10/09	2ª Oficina de Planejamento – Microrregiões norte e centro	Guaibim		
19 a 21/10/09	2ª Oficina de Planejamento – Microrregião sul	Camamu		
9 e 10/11/09	2º Seminário Institucional	Camamu	Dar continuidade ao diálogo entre os pescadores e as instituições envolvidas	Reunião no formato de assembleia com pauta de discussão organizada e Preparação e ensaio das atividades
1 a 3/12/09	3ª Oficina de Planejamento – Microrregiões norte, centro e sul	Barra Grande	Finalizar o planejamento participativo dos projetos produtivos	Atividades em grupos e técnicas de visualização e moderação conhecida como METAPLAN e Estudos Dirigidos em Grupos
16 a 18/03/10	1º Seminário Integrado	Cachoeira	Estabelecer uma agenda e pauta comum para todas as microrregiões	Reunião no formato de assembleia com pauta de discussão organizada
11 a 13/05/10	1ª Oficina de Formação: Saúde e Previdência	Ituberá	Construir um processo de capacitação e conhecimentos no campo dos direitos fundamentais e organização comunitária	Dramatização, Estudos Dirigidos em Grupos, palestras e apresentação de conteúdos
20 a 22/07/10	2ª Oficina de Formação: Organização Comunitária	Gamboa		
14 a 16/09/10	3ª Oficina de Formação: Meio Ambiente	Camamu		
03 a 05/11/10	2º Seminário Integrado	Valença	Finalizar o projeto, consolidar uma agenda institucional e instituir o conselho gestor do CIPAR	Estudos Dirigidos de Grupos, Preparação e ensaio das atividades

As outras categorias, autonomia e emancipação, estão vinculadas diretamente à discussão didática da aplicação das técnicas e ferramentas de mediação. As oficinas de planejamento foram organizadas considerando

(...) para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem

usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face ao mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível. (FREIRE, 1996, p. 24)

Sendo assim, o fazer educativo proposto no CIPAR cumpriu essa função, ao projetar processos que permitiram um encontro com os pescadores, marisqueiras, técnicos, agentes públicos e políticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor apresentar os resultados, faz-se necessário um conjunto de três discussões. A primeira trata da “concretude dos projetos produtivos na construção da finalidade da ação” no contexto da cadeia produtiva da pesca artesanal no Baixo Sul da Bahia e da importância desse debate para o processo educativo dos pescadores. A segunda — “o desenho do processo educativo para realizar o sonho” — e a terceira — “a relação edu-

cador-educando e o sujeito autônomo” — são duas questões essenciais ao processo educativo, e que por serem essências não devem ser realizadas de forma separada, pois fazem parte de um processo dialético que proporciona a síntese do educar. Porém, para melhor relatar os resultados do estudo, as apresentamos como aspectos a serem dissecados.

Primeira discussão: a concretude dos projetos produtivos na construção da finalidade da ação

A primeira discussão trata da cadeia produtiva e da concretude dos projetos frutos das oficinas de planejamento participativo. Essa concretude se constitui na finalidade do processo educativo, ou seja, deu um horizonte, um ideal a buscar, não na forma de uma utopia, mas de um desejo, que gera intenção e movimento, o que é essencial para a constituição do sujeito autônomo e, nesse caso, coletivo.

Cumprir destacar que o delineamento de projetos destinados à intervenção na cadeia produtiva com vistas ao maior protagonismo das famílias de pescadores artesanais partiu da conceituação teórica da Sociologia Econômica, em que as relações sociais são explicativas de comportamentos econômicos, o que possibilita a construção social do mercado¹. Consequentemente, assume-se que os pescadores são capazes de intervir na cadeia produtiva e protagonizá-la, fato que orienta o processo pedagógico elaborado.

Ademais, o planejamento realizado partia de uma visão de classe e voltava-se a um conjunto de ações cujos pes-

cadore e suas famílias protagonizariam diversas atividades com vistas à geração de renda. Paralelamente, eram ancorados em levantamentos técnicos que ofereciam subsídios à construção das estratégias a serem adotadas, que foram organizadas na forma de projetos.

Walter & Wilkinson (2011) apresentam as estratégias adotadas no planejamento do Projeto CIPAR Baixo Sul e os principais resultados obtidos, descritos aqui de forma sintética.

No que tange ao planejamento, teve-se a organização do território em três microrregiões, considerando a dinâmica da cadeia produtiva, envolvendo localização das comunidades pesqueiras, centros de abastecimento e presença de localidades turísticas. Microrregiões que se articulam entre si, formando uma única região: o Baixo Sul. Essa organização espacial permitiu a articulação de aspectos locais das cadeias produtivas com questões que permeiam toda a região e são vivenciadas por todas as comunidades pesqueiras. Em paralelo, subsidiou a orga-

¹Para uma maior compreensão dos aspectos teóricos sobre a Sociologia Econômica e sobre a construção social do mercado, sugere-se a leitura de Wilkinson (2008).

nização dos levantamentos de informações, que verificaram, por exemplo, o acúmulo de infraestrutura em determinadas localidades em detrimento da maior produtividade em municípios e microrregiões que carecem de qualquer estrutura, conforme detalhado em Walter (2010). Organização que também permitiu que os pescadores de cada microrregião definissem estratégias específicas para sua cadeia produtiva e dimensionassem estruturas adequadas à realidade da pesca artesanal.

Walter & Wilkinson (2011) reportam, ainda, que cada microrregião estruturou um conjunto de ações que visaram:

1. a comercialização direta dos produtos pelas famílias de pescadores, envolvendo suas entidades e ações em rede;
2. a melhoria dos produtos e da comercialização nos mercados locais, formados por restaurantes, mercados públicos e moradores da região;
3. a melhoria da renda das famílias por meio da conquista de novos mercados, em especial os mercados institucionais, caracterizados por parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e outros canais fora do Baixo Sul, desde que apoiados por estudos técnicos.

As diferenças entre as microrregiões dizem respeito à localização de infraestruturas que comumente concatenam estruturas menores e maiores, à recuperação de estruturas preexistentes, à articulação entre comunidades pesqueiras, considerando seu maior ou menor isolamento e seu papel na oferta de produtos a restaurantes de localidades turísticas, considerados o mercado que melhor valoriza os frutos do mar.

Ademais, obtiveram-se três estratégias centrais da cadeia produtiva que contempla:

1. o reconhecimento e a valorização da atividade pesqueira enquanto atividade familiar e artesanal;
2. a constituição de redes solidárias de cooperação e comercialização; e
3. a valorização do mercado local.

A primeira estratégia diz respeito à valorização da diversidade da produção e dos produtos da pesca em detrimento da especialização de um ou outro produto. Adotam-se estratégias para valorizar toda a gama produzida pela família, e não um único produto, como camarão ou lagosta, que possuem maior demanda de mercado. Ademais, fortalece a participação da família na atividade pesqueira, reconhecendo principalmente as atividades das mulheres, e também em projetos que venham a ser implementados.

A segunda estratégia destina-se à ação coletiva, articulando o conjunto de comunidades pesqueiras com vistas à emancipação econômica na cadeia produtiva. A terceira, em valorizar o mercado local, como mecanismo de sustentabilidade ambiental, social (no que tange à segurança alimentar dos moradores) e econômica, garantido a capacidade de gerenciamento dos pescadores na cadeia produtiva.

Por último, foi definida uma ação que visa à sustentação da pesca artesanal em toda a região do Baixo Sul: a substituição gradativa de canoas de madeira por outro material e a apropriação desse novo conhecimento pelos artesãos navais, dado que a escassez de madeira e a regulação ambiental em torno dela resultam em falta de matéria-prima e aumento dos custos na aquisição deste meio de transporte (WALTER, 2010). Conseqüentemente, aqueles que as detêm se apropriam do trabalho dos pescadores e marisqueiras, afetando toda a cadeia produtiva.

Cabe destacar, ainda, que os projetos estão contextualizados em um cenário, segundo Walter (2010), em que o turismo, o petróleo, a maricultura e a expansão urbana são atividades presentes no litoral do Baixo Sul e refletem na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar elaborados pelas comunidades pesqueiras dessa região. Ademais, dois dos efeitos dessas atividades são apresentados como centrais ao processo de degradação ambiental vivenciado. O primeiro é a redução dos estoques e a degradação da qualidade ambiental por poluição das águas e por supressão dos ecossistemas e habitat. Fato reportado pelos pescadores e marisqueiras durante as diversas atividades do projeto. O segundo aspecto destacado é a perda dos locais de moradia e de pesca para os empreendimentos de turismo e lazer que escolhem os locais pela beleza

cênica e pelas facilidades de transporte e acesso. Principalmente por meio da navegação, a exemplo de Morro de São Paulo, complexo turístico. Essa

pressão se alia a não regularização fundiária dessas regiões, oportunizando a ação de grileiros e a especulação imobiliária.

Segunda discussão: o desenho do processo educativo para realizar o sonho

A segunda discussão vem no sentido do delineamento processual; como se pode notar na Tabela 1, as atividades proporcionaram um desenvolvimento processual marcado por dois movimentos centrais que se iniciaram paralelos: os seminários institucionais para criar um fluxo de encontros e comunicação entre os pescadores e as instituições envolvidas, para dar início ao projeto. O outro é referente à constituição da autonomia dos sujeitos, por meio das oficinas de planejamento, na perspectiva de construir o CIPAR Baixo Sul como uma estrutura política **dos** pescadores, e não **para** os pescadores. Esses movimentos se iniciaram paralelos e se articularam no final com os seminários integrados. O movimento proporcionou aos sujeitos (representantes institucionais e pescadores) se encontrarem e começar o diálogo com base na pauta desenvolvida pelos pescadores nas oficinas.

Esse desenho processual permitiu tempo de maturação e reflexão aos sujeitos envolvidos (pescadores e técnicos), garantindo que a ação realizada significasse um aprendizado. Segundo Vygotski (2001) e Molon (2003), a construção do significado é um processo subjetivo que ocorre na interação com o outro mediado pela linguagem, e nessa interação o sujeito se constitui. O tempo entre as oficinas e os seminários permitiu o distanciamento físico dos envolvidos no projeto, mas uma aproximação da liderança com sua base comunitária, pois ao voltar para a realidade da sua comunidade o participante completava o movimento de representação política, portanto proporcionando a conquista da autonomia e de liderança sem se descolar de sua comunidade. É necessário destacar a importância do educador na construção dessa autonomia, aqui entendida na perspectiva freireana, que considera o educador como responsável por garantir a autonomia dos sujeitos, sendo essa responsabilidade o imperativo ético que deve constituir-lo.

Terceira discussão: a relação educador-educando e o sujeito autônomo

A terceira discussão realizada está no fazer de cada evento e na relação entre os educadores, técnicos e pescadores e marisqueiras. Os resultados das primeiras oficinas demonstraram que o silêncio e a invisibilidade dos pescadores e suas comunidades eram percebidos por todos, porém a responsabilidade de tornar visível era do outro, nesse caso, dos agentes públicos e representantes das instituições. Ou ainda da falta de união dos pescadores para reivindicar.

zação comunitária e falta de representatividade dos pescadores nas instâncias de decisão.

O primeiro seminário institucional apresenta essa situação. Em especial quando se trata de conhecer a cadeia produtiva da pesca artesanal e das necessidades das comunidades em seu contexto. No início do planejamento participativo (oficinas de planejamento, Tabela 1) dos projetos produtivos esse fato ficou demonstrado pela dificuldade de escolher o projeto, de entender o fluxo de planejamento e as responsabilidades de cada sujeito, e o que eles denominavam falta de união pode ser categorizado em desorgani-

Essa tomada de consciência proporcionou que lideranças que não eram pescadores, mas sim sujeitos que exerciam atividades de fornecimento de insumos e/ou intermediação na comercialização (atravessadores) que se diziam representantes, saíssem do processo pela pressão dos pescadores, constituindo-se aí um resultado que foi a assunção dos pescadores e marisqueiras como interlocutores do CIPAR. Essa assunção garantiu a horizontalidade dentro do grupo: todos eram pescadores, isto é, tinham identidade e posição social de pescadores.

De fato, a assimetria social entre os pescadores e os agentes da política pública se mostrou o maior desafio metodológico, pois as diferenças não se resumiam a uma adequação de linguagem. A questão central não era a falta de comunicação, mas um antagonismo na visão de mundo: de um lado um modo de produção comunitário de escala local e, de outro, o sistema globalizado em escala regional e nacional.

As técnicas e as atividades preparatórias para o diálogo no contexto pedagógico

A estratégia utilizada objetivou duas ações pedagógicas. A primeira foi em reconhecer a assimetria de forma explícita e desenvolver uma sé-

Estudos Dirigidos em Grupos

Consiste na divisão dos participantes em grupos para exercitar uma tarefa preestabelecida. Essa técnica demonstrou-se muito eficaz no envolvimento dos participantes e na construção de acordos entre os grupos das diversas microrregiões, os estudos eram realizados por meio de formulação de respostas a perguntas norteadoras elaboradas pelos educadores com base na avaliação e no monitoramento do desenvolvimento do projeto. Além de responder as perguntas, os participantes se organizavam como grupo para garantir que todos falassem e fossem ouvidos. Havia a eleição de um relator das atividades e de representantes para apresentar os resultados do grupo ao conjunto dos participantes do evento.

A **dramatização** proporcionou a problematização da realidade por meio da interpretação de diferentes papéis sociais, em especial o papel do opressor, o que permitiu aos participantes um afastamento necessário à reflexão dos seus problemas cotidianos. O uso dessa técnica permite a apreensão da realidade no exercício de aprendizagem coletiva que exige cooperação e cumplicidade na busca de soluções. O exercício de dramatizar, utilizando elementos do “Teatro do Oprimido”, proporcionou a vivência do drama (problema, conflito ou relação institucional que se deseja analisar ou intervir). Também aguçou a capacidade de percepção de problemas que poderiam estar “naturalizados” e, portanto, não percebidos como problemas a serem resolvidos, mas fatos dados. Experimentar o poder do outro (opressor) permitiu uma melhor compreensão das relações institucionais, que por sua vez proporcionou que a pauta para o encontro com as instituições fosse elaborada.

O processo como produto: uma síntese dos resultados

Para apresentar os resultados do processo educativo do projeto CIPAR, foram estabelecidas duas categorias, uma em relação à gestão da pesca artesanal como processo de mediação e outra como constituição dos sujeitos, incluindo aí a formação e capacitação.

Os participantes do projeto, do ponto de vista da gestão da pesca artesanal, optaram por criar um Conselho

de atividades preparatórias com pescadores e marisqueiras para concretizar o diálogo com as instituições.

A **capacitação** com especialistas em saúde, desenvolvimento da pesca e meio ambiente proporcionou a instrumentalização dos participantes com a apropriação de conceitos e definições de políticas específicas para o setor.

A **preparação** dos pescadores e comunitários para o encontro com as autoridades, construindo o protagonismo destes na direção do seminário integrado. Ou seja, a condução do seminário foi realizada pelos pescadores, e equipe técnica e coordenação do projeto deram apoio técnico e institucional. Para tal, foi realizada uma seleção, dentre os pescadores e marisqueiras, de quem seriam os mediadores das mesas de discussão no seminário integrado. Em seguida, a pauta e os questionamentos que deveriam ser feitos foram escolhidos e, por fim, foi realizada uma simulação do evento, que pode ser caracterizado como “ensaio” para ajustar a conduta individual, a linguagem, dando formalidade aos procedimentos.

As atividades descritas proporcionaram o exercício da práxis, destacando a dramatização e o “ensaio” de sua fala no seminário como momentos de grande envolvimento e participação. Essa ação encaminhou a consciência de seu lugar no mundo, permitiu à equipe técnica entender a perspectiva dos pescadores e deu qualidade à interlocução com os agentes públicos. Dessa forma, o procedimento criou a condição para o diálogo, que por sua vez pressupõe autonomia e simetria entre os sujeitos que conversam. Isto é, os pescadores e marisqueiras foram agentes de sua própria vida, não necessitando de mediação externa.

Gestor de Pescadores e demandaram um processo formativo em relação às duas políticas públicas centrais ao seu desenvolvimento e com quem apontavam a maior dificuldade de diálogo: saúde laboral e meio ambiente. Cumpre esclarecer que o conceito de cadeia produtiva adotado no projeto consubstanciava os fatores necessários tanto ao desenvolvimento da cadeia produtiva

como àqueles responsáveis por seus entraves. Assim, temáticas transversais, como meio ambiente e saúde, surgiram como fatores centrais ao seu desenvolvimento.

A proposição do conselho resultou ainda em um debate específico em torno das formas de organização que desejavam para si, o que gerou a elaboração de seu estatuto. Tal fato deu organicidade ao movimento planejado no projeto, os pescadores ultrapassaram os objetivos propostos e se estabeleceram enquanto grupo capaz de intervir politicamente com autonomia, inclusive no processo político eleitoral, momento em que levaram sua pauta e escolheram um perfil de candidatos capazes de representá-los no executivo e nos parlamentos nacional e estadual. O mesmo Con-

selho Gestor de Pescadores também proporcionou maior força de representatividade dos pescadores nos fóruns e nas instâncias de tomada de decisão das políticas públicas de desenvolvimento social, a exemplo do Programa Territórios da Cidadania, Programa Fome Zero, etc.

O processo formativo desenvolvido, além de constituir sujeitos cientes de seu lugar no mundo, instrumentalizou as lideranças em temas como direitos fundamentais da pessoa e das comunidades tradicionais, proporcionando aos participantes o conhecer e interpretar o arcabouço legal e os sistemas públicos de gestão ambiental, saúde pública, seguridade social, regras de tráfico marítimo, dentre outros.

CONCLUSÃO

A conclusão deste artigo se estrutura em uma série de sínteses oriundas do processo de discussão realizado ao longo do texto, nossas conclusões não têm a finalidade de encerrar a discussão. A intenção é estabelecer os elementos necessários à equação de algumas questões levantadas.

Ter o entendimento de que a gestão da pesca deve considerar todos os aspectos da relação dos pescadores em seu mundo, considerando a cadeia produtiva como um contexto, é essencial para o desenvolvimento da gestão participativa da pesca artesanal. É importante ressaltar que esse processo transcendeu a relação pescador-peixe e que sem esse movimento os resultados não poderiam ser obtidos.

A gestão participativa da pesca artesanal é uma atribuição do Estado, pois a realização deste projeto só foi possível com a intervenção do poder público como promotor do processo, e as demandas levantadas nas oficinas e nos seminários necessitam, obrigatoriamente, do Estado como mediador e provedor dos processos, a exemplo da saúde laboral e da fiscalização e controle da pesca.

Pode-se dizer, por fim, que a gestão participativa pressupõe um processo de educação na lógica da pedagogia do oprimido, de matriz freireana. Nesse sentido se deu a constituição de sujeitos coletivos autônomos e conscientes de sua posição social, no contexto da cadeia produtiva da pesca artesanal, demonstrado na experiência projetada para a região litorânea do Baixo Sul da Bahia.

REFERÊNCIAS

- AMBROSINI, L.B.; FILIPPI, E.E.; MIGUEL, L.A. SIAL: análise da produção agroalimentar a partir de um enfoque territorialista e multidisciplinar. *Revista IDEAS*, v. 2, n. 1, p. 6-31, jan.-jun., 2008. Disponível em: <http://r1.ufrjr.br/cpda/ideas/revistas/v02/n01/IDEAS-v02_n01-artigo_LARISSA_AMBROSINI.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2013.
- CORDELL, J. Pescaria marginal na Bahia In: COSTA, A.L. (Org.). *Nas redes da pesca artesanal*. Brasília: Editora IBAMA, 2007. p. 253-267.
- DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- DIEGUES, A.C.S. *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.
- _____. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ensaio 94, Ática, 1983. 287p.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Relatório Final do Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Litoral do Brasil*. Brasília: IBAMA, 2006. 328p. (Relatório não publicado).

LOUREIRO, C.F.B. *Trajatória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

MOLON, S.I. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MUCHNIK, J. Sistemas agroalimentarios localizados: evolución del concepto y diversidad de situaciones. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL “ALIMENTACIÓN Y TERRITÓRIOS”, 3. *Anais...* Andalucía, Espanha, 2006. 20p. Disponível em: < <http://syal.agropolis.fr/ALTER06/pdf/actes/c14.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

PEREIRA, M.O.R. Educação ambiental com pescadores artesanais: um convite à participação. *Revista Práxis Educativa*, v. 3, n. 1, p. 73-80, jan.-jun., 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/344>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

PEREIRA, M.O.R.; MOLON, S.I.; LOUREIRO, C.F.B. O sentido estético e o trabalho criativo como elementos estruturantes de uma proposta de Educação Ambiental com pescadores artesanais. *Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental*, v. 21, p. 378-392, jul.-dez., 2008.

QUINTAS, J.S. *Como o IBAMA exerce a educação ambiental*. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

SEAP – SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA. *Plano Mais Pesca e Aquicultura*: Plano de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ministério da Pesca e da Aquicultura, 2008. 23p. Disponível em: www.mpa.gov.br>. Acesso em: 01 dez. 2013.

VYGOTSKI, L.S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martin Fontes, 2001.

WALTER, T. *Novos usos e novos mercados: qual sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal?* Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/08/tese_tatiana_walter_2010.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2013.

WALTER, T. & WILKINSON, J. Fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal no Baixo Sul baiano. *Agriculturas: Experiências em Agroecologia*, v. 8, n. 3, p. 26-33, 2011. Disponível em: <<http://aspta.org.br/revista/v8-n3-relocalizando-os-sistemas-agroalimentares/>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. 213p.